

EDUCAÇÃO AFROCENTRADA: UMA REFLEXÃO ACERCA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.

Rafael Soares da Silva ¹

Luanna Beatryz da Silva ²

Sonnaly Michely de Oliveira ³

Prof^a Dr^a Cicera Maria dos Santos Gomes ⁴

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem sua fundamentação na Lei nº 10.639/2003 e sua aplicação na prática do cotidiano escolar, assim como serão apresentados os desafios da construção da educação antirracista e os seus 20 anos, abordando, assim, novas metodologias de ensino para uma equidade racial. De acordo com a Lei nº 10.639/2003, é obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira nos currículos do ensino fundamental e médio (BRASIL, 2003). A educação afro-brasileira não se trata apenas de inclusão na grade curricular, mas sim de estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional para o currículo da rede de ensino.

A educação afrocentrada tem como objetivo superar o paradigma eurocêntrico, trazendo para a matriz histórica as questões afrocentradas como instrumento principal de autoconhecimento e resgate histórico para os estudantes. O afrocentrismo configura-se como uma filosofia capaz de ir contra o racismo global, contra as ideias eurocêtricas e contra as distorções que essas ideias trouxeram para a sociedade e que implicam, até atualmente. Desfaz-se, assim, dessa história "mal contada". O eurocentrismo é prejudicial, pois é uma atitude das nações europeias de impor seus valores à sociedade como forma de superioridade sobre a cultura negra e indígena em nosso país.

A afrocentricidade, como teoria da mudança, pretende realocar a pessoa africana como sujeito, destruindo, assim, a noção de ser objeto no projeto ocidental de dominação. Como uma ideia pan-africana, a afrocentricidade torna-se a chave para a educação adequada das crianças e a

¹ Graduado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unibra, rafa.soares200315@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unibra, Luannabeatryz3@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unibra, Sonnaly524@email.com;

⁴ Professor orientador: Doutora pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal- UF, gomes_cicera@yahoo.com.br;



essência de um renascimento cultural africano e, de fato, da sobrevivência (ASANTE, 2010, p. 1).

Sendo assim, a luta por uma educação antirracista é mais do que essencial para uma sociedade igualitária, onde as crianças pretas possam crescer sentindo-se seguras, com a autoestima e a auto identidade preservadas. Não se trata apenas de combater o racismo, mas de promover um fortalecimento no tecido social do nosso país. É uma luta coletiva, em que todos possam ter acesso a essa educação, não só a criança negra, mas também criança branca, que pode se juntar à luta contra o racismo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa se alicerça na legislação brasileira, em revistas científicas, artigos e em declarações de autores que têm uma visão crítica acerca da temática. Como base legal, utilizou-se a Lei nº 10.639/2003, além de referências bibliográficas fundamentais, como Almeida (2019), Munanga (2003) e Asante (2014), com o intuito de oferecer um aprofundamento crítico e reflexivo. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e qualitativa, cujo objetivo é promover uma análise crítica sobre a implementação da educação antirracista nos ambientes escolares. A seleção das fontes buscou contemplar legislações, produções acadêmicas e materiais didáticos que dialogam com a temática.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de raça e racismo

A raça não é algo fixo; está sempre em mudança, dependendo do ponto de vista histórico e social. É notório que o sentido de raça tem sido utilizado pela classe dominante e, por séculos, foi empregado para distinguir, separar e excluir minorias, causando uma divisão entre os grupos sociais. Nesse sentido, Almeida (2019, p. 18) afirma:

“Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado a circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás de raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história de raça ou das raças é a história da constituição política e econômica da sociedade contemporâneas.”



Conceito de Racismo em contrapartida o Racismo estrutural em nossa sociedade

Racismo nada mais é do que a crença de que uma raça é superior ou inferior a outra, resultando em discriminações e preconceito baseados em suas características. O racismo é uma questão social que implica em nossa sociedade há muito tempo e afeta vários grupos. Até os dias atuais, ainda é possível notar a grande injustiça e exclusão em nossa sociedade. Segundo a Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, racismo é a doutrina que afirma a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos ou religiosos sobre outros (Lopes, 2014). Como afirma o antropólogo Kabengele Munanga (2010): “Nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima é que é responsável pelo seu racismo. Quem cometeu não tem nenhum problema.” Sendo assim, não são as pessoas negras ocupando espaços na educação infantil ou dentro da comunidade escolar ou nos demais espaços sociais que tornarão esses espaços livres de racismo, pois essas pessoas acabam reproduzindo de forma involuntária o racismo estrutural. O colorismo ou pigmentocracia, conceito desenvolvido por Alice Walker, feminista estadunidense, no ano de 1982, diz que quanto mais pigmentada uma pessoa é, mais exclusão e discriminação ela sofrerá. Ou seja, quanto mais preta a pessoa é, mais discriminação e racismo ela sofrerá na sociedade, sendo assim, a tonalidade da sua pele determinará o tratamento que ela receberá na sociedade. Isso reforça que mesmo entre as pessoas negras ainda existem diferenças no tratamento, nas vivências e nas oportunidades.

O mito da democracia racial

Quando falamos acerca da democracia racial, acredita-se tratar-se do conceito de que, no Brasil, há uma convivência equilibrada, com equidade racial e oportunidades independentemente de origem, cor ou gênero. Entretanto, ao examinarmos a realidade de nossa sociedade, observamos desigualdades sociais e discriminação relacionadas às condições socioeconômicas ou aos fatores históricos, que, infelizmente, são ocultadas por uma falsa ideia de equidade. Na prática, em situações como entrevistas de emprego, a supremacia branca frequentemente desconsidera a capacidade intelectual da população negra, privilegiando candidatos brancos em cargos que exigem maior preparo intelectual.



Assim, perpetua-se a manutenção da sujeição de classes, segmentos e grupos historicamente dominados e discriminados.

A verdade sobre a democracia racial

Tal desigualdade se estende às relações de poder, ao tratamento pautado em inferioridade e superioridade e à participação restrita na sociedade. Isso ocorre, inclusive, no que diz respeito ao livre acesso à concorrência por uma vaga de emprego, bem como ao usufruto da educação, habitação e saúde. A herança da escravidão é hoje refletida na discriminação racial e no conceito de distinção por parte de ideologias eurocêntricas que, nos dias atuais, se reafirmam por meio da branquitude. Nesse sentido, Ianni (1988, p. 101) afirma: “O branco continuou ainda a identificar-se ao senhor, ao grupo dominante; e o negro continuou, por sua vez, associado ao servidor, ao trabalhador, àquela cuja definição social os outros terão a última palavra.”

Educação afrocentrada: uma ferramenta para a construção da autoidentidade e autoestima

A educação afrocentrada busca trazer uma metodologia voltada para os africanos e suas contribuições dentro de nossa sociedade, promovendo a valorização, a autoestima e a autoidentidade no espaço escolar. Esse modelo de educação é essencial para a construção de um currículo capaz de promover a equidade racial. Segundo a teoria da afrocentricidade, elaborada por Molefi Kete Asante:

“O povo e a cultura africana são colocados no centro de suas próprias produções materiais e simbólicas. Isso contrasta com o paradigma eurocêntrico, que historicamente tem buscado dizimar e subalternizar as produções culturais africanas, incluindo suas formas de saberes, crenças e valores ancestrais e históricos” (ASANTE, 2009; 2014).

Asante (2009) define a afrocentricidade como um conjunto de ideias e ações africanas que consideram os africanos como agentes culturais, capazes de atuar guiados por suas próprias visões de mundo, crenças e valores. Segundo o autor:



“Afrocentricidade é um modo de pensamento e ação no qual a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africanos predominam. Em teórico, é a colaboração do povo africano no centro de qualquer análise de fenômenos africanos. [...]. Em termos de ação e comportamento, é a aceitação/observância da ideia de que tudo o que de melhor serve à consciência africana se encontra no cerne do comportamento ético. Finalmente, a afrocentricidade procura consagrar a ideia de que a negritude em si é um tropo de éticas” (ASANTE, 2014, p. 3).

Nesse contexto, a Escola Maria Filipa promove, entre o corpo discente, a valorização da cultura afro-brasileira, a formação continuada dos professores e um currículo inclusivo. Além disso, amplia o que é vivenciado no espaço interno por meio de projetos. Comunitários e debates, promovendo eventos que reforçam a construção de uma sociedade mais justa. Assim, proporciona à escola um ambiente exploratório que contribui para a formação de futuros cidadãos dispostos a oferecer acolhimento, independentemente de raça, classe social, religião ou orientação sexual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora alguns avanços tenham sido feitos, ainda há muito a ser realizado para evitar o crescimento do racismo estrutural em nossa sociedade. O espaço onde todos devem compreender e aprender sobre a educação afrocentrada é a sala de aula. É dever da escola e do educador trazer esses diálogos para o cotidiano dos estudantes. Embora alguns avanços tenham sido feitos, ainda há muito a ser realizado para evitar o crescimento do racismo estrutural em nossa sociedade. O espaço onde todos devem compreender e aprender sobre a educação afrocentrada é a sala de aula. É dever da escola e do educador trazer esses diálogos para o cotidiano dos estudantes. É crucial que a escola e todo o corpo docente estejam em sintonia para que esse modelo de educação possa ser implementado em sua totalidade. Apenas com um esforço conjunto e comprometido será possível garantir uma educação que promova a igualdade e o respeito, preparando os estudantes para serem agentes de mudança em nossa sociedade.

.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos uma variedade de conteúdos sobre os desafios e a implementação da educação afrocentrada. Evidenciou-se que os obstáculos ainda são imensos na educação básica, especialmente no que diz respeito à aplicação da Lei nº 10.639/2003. Essa prática enfrenta grandes dificuldades dentro do sistema educacional brasileiro. Por fim, é vital oferecer formação contínua para educadores sobre práticas antirracistas e estratégias que favoreçam a criação de um ambiente mais justo e igualitário. Com essas iniciativas, é possível transformar as escolas em espaços de resistência e promoção da equidade racial. A educação antirracista é uma jornada contínua que tem início nas salas de aula e se estende por toda a comunidade escolar, promovendo um futuro em que todos sejam valorizados e respeitados.

Palavras-chave: Identidade; Infância negra; Lei nº 10.639/2003; Antirracismo; História.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. Trad. Ama Mazama. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: a teoria de mudança africana. Chicago: African American Images, 2010.
- ASANTE, Molefi Kete. The Afrocentric Idea. 2. ed. Chicago: Temple University Press, 2014.
- ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. Educação antirracista: práticas pedagógicas para o enfrentamento do racismo na escola. Fortaleza: Associação Bem Comum, 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. Por que o racismo no Brasil é um crime perfeito. Entrevista. São Paulo: Revista Fórum, 2010.

